



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE (MG)¹**

50220000201/16

Abertura: 14/10/2016 16:31:46

Tipo Doc: DEFESA ADMINISTRATIVA

Unid Adm: NUFIS NORTE DE MINAS

Req. Int: NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEG

Req. Ext: HUGO LEONARDO MARTINS

Assunto: DEFESA ADM AI 8063/2016

**RECURSO ADMINISTRATIVO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 8063/2016
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 6222059
Autuado: Hugo Leonardo Martins**

HUGO LEONARDO MARTINS, brasileiro, casado, ruralista, inscrito no CPF sob o nº. [REDACTED], portador do RG [REDACTED], filho de Divani Martins Coelho, residente e domiciliado na Rua [REDACTED] [REDACTED] nesta cidade de Montes Claros (MG), CEP 39.408-205, por seus procuradores infra-assinados, vem, com a devida vênua e merecido acatamento, diante da presença de Vossa Senhoria apresentar sua **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA em face do AUTO DE INFRAÇÃO nº 008063/2016**, lavrado contra si pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, o que faz lastrado nas razões fáticas e fundamentos de direito a seguir delineadas.

¹ Rua Agapito dos Anjos, nº. 155, Cândida Câmara, Montes Claros (MG) CEP 39.401-040

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cuida-se de Auto de Infração lavrado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em face de Hugo Leonardo Martins no dia 04.08.2016, indexado ao Boletim de Ocorrência nº. 6222059, o qual indicou as seguintes irregularidades supostamente cometidas pelo Impugnante:

“Desmatar 203 hectares de tipologia florestal nativa caracterizada como floresta estacional decidual em estágio inicial de regeneração em áreas comuns sem licença ou autorização ambiental”.

“Fazer queimadas sem autorização ambiental em uma área de 203 hectares considerada comum”.

A capitulação legal em que se fundamentam as autuações foi, respectivamente, os Códigos de Infração 301, inciso II, alínea “a” e 322, alínea “a”, ambos do Anexo III, do Decreto 44.844/2008. O que lhe foi imposto a título de sanção foi definido nos seguintes termos:

2.1 Infração I: Desmate

- **Multa simples no valor de R\$ 151.774,98 (cento e cinquenta mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos), sendo o valor da infração I calculado com fulcro na tabela base do Decreto 44.844/2008;**
- **Suspensão das atividades florestais no local até regularização;**

2.2. Infração II: Queimada

- **Multa simples no valor de R\$ 134.909,74 (cento e trinta e quatro mil novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos);**
- **Suspensão das atividades no local até regularização**



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



ambiental;

O Impugnante foi cientificado da autuação no dia 26.09.2016, abrindo-se o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação da defesa.

Registra-se que, nos termos do art. 59 da 14.184/2002, "*os prazos começam a correr a partir do dia da ciência oficial do interessado, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento*".

Desta feita, o Impugnante, irresignado com as multas que lhe foram indevidamente aplicadas, oferece a presente IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA, tempestiva e devidamente instruída, nos termos dos artigos 33 e 34 do Decreto 44.844/2008.

2. PRELIMINARMENTE

É cediço que a validade do ato administrativo está condicionada à higidez dos elementos que o compõem - competência e/ou sujeito, forma, motivo, objeto e finalidade.

No que diz respeito ao motivo, este para que seja considerado válido deve ser existente e juridicamente adequado, isto é, deve estar previsto em norma jurídica explicitamente ou implicitamente.

Nesse vetor, é possível verificar dois tipos de vícios de motivo que poderão macular o ato administrativo: o *motivo inexistente* e o *motivo ilegítimo* ou *juridicamente inadequado*. A não existência de motivo ou a não adequação jurídica do mesmo implica, portanto, nulidade do ato por vício de motivo.

Motivo inexistente ocorre nos casos onde resta materialmente comprovado a não ocorrência do fato. O fundamento que enseja a prática do ato administrativo é falso, não verídico. Já o motivo ilegítimo é aquele no qual "*há incongruência entre o fato e a norma, ou seja, está errado o enquadramento daquele fato naquela norma*"².

² ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24.ed.rev. e



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Com efeito, haverá vício de motivo por inadequação jurídica quando, malgrado exista o fato, este é ilegítimo, vez que não possui respaldo jurídico para a prática do ato administrativo, já que a norma jurídica que prevê a prática de tal ato não contempla aquele motivo.

In casu, o auto de infração lavrado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em desfavor do Sr. Hugo Leonardo Martins em virtude do suposto desmatamento/queimada de floresta nativa é ato nulo por encontrar-se viciado em seu motivo na modalidade inadequação jurídica.

Isto porque, como se verá, a limpeza de área realizada pelo Impugnante na Fazenda Eldorado dispensa qualquer tipo de autorização ou licença ambiental, encontrando-se balizada pelo disposto no Capítulo VII, art.19, inciso III, da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013, senão veja-se:

Capítulo VII Da Dispensa de Autorização

Art. 19 - São dispensadas de autorização, em razão do baixo impacto ambiental, as seguintes intervenções:

I - Os aceiros para prevenção de incêndios florestais, quando não existir potencial comercial de produção volumétrica de material lenhoso.

II - A extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico.

III - A limpeza de área ou roçada.

Nesse sentido, por mais que tenha havido corte/roçada de vegetação que se encontrava em estágio de regeneração (vide descrição do agente público no auto de infração), tal fato não se amolda ao desmatamento previsto no Código de Infração 301, inciso II, alínea "a", Anexo III, do Decreto 44.844/2008, restando inadequado juridicamente o

atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



ato administrativo de autuação.

Face ao exposto, requer, desde já, seja declarado nulo o auto de infração nº. 008063/2016, lavrado pela Polícia Militar de Minas Gerais em desfavor do Sr. Hugo Leonardo Martins, vez que flagrante o vício de motivo que invalida o r. procedimento (inadequação jurídica do motivo), o que torna o ato completamente inválido ao fim pretendido.

3. DA REALIDADE DOS FATOS

3.1. Da Limpeza de Área: Capítulo VII, Art.19 e inciso III, da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013

Como acima noticiado, a infração em comento resulta de fiscalização realizada pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Minas Gerais, deflagrada na propriedade rural denominada Fazenda Eldorado, situada no município de Gameleiras/MG, descrita no respectivo A.I como: ***desmate de 203 hectares de tipologia florestal nativa caracterizada como floresta estacional decidual em estágio inicial de regeneração em áreas comuns, sem licença ou autorização ambiental; bem como queimadas sem autorização ambiental da mesma área.***

Com efeito, constatou-se a infração ambiental com a tipificação prevista no Decreto Federal 44.844/08, em seus artigos 86, caput, c/c códigos 301, inciso II, alínea "a"; e 322, alínea "a".

Entretanto, tal autuação não merece prosperar.

Isto porque, desde o ano de 2013 o desmate de qualquer tipo de vegetação que cause baixo impacto ambiental, não tendo condições de realmente afetar o bioma de determinada região, não mais foi considerado como ilícito ambiental pelo Estado de Minas Gerais.

Tecnicamente dá-se o nome de "**limpeza de área ou roçada**" para atos de desmate de vegetação que se encontram em fase de regeneração, ou que não tenham a



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



densidade suficiente que possa representar impacto ambiental considerável.

Tal procedimento foi aceito pela legislação pertinente tornando prescindível qualquer tipo de autorização ou licença ambiental, razão pela qual, após a realização de estudo técnico por profissional especializado (vide doc. anexo), o Impugnante deu início ao sobredito procedimento.

Com efeito, como se abstrai das fotografias que compõem o laudo técnico anexo, da lavra do Engenheiro Agrônomo Denis Jimmie Silva Alves³, a vegetação existente na fazenda antes da realização da limpeza de área encontrava-se em fase de regeneração, estando infestada por plantas invasoras de espécies herbáceas como *periquiteiras*, *quebra foice*, *juremas*, *baquetas*, *jacaré*, *sucupirinha do carrasco*, de forma endêmica, além de algumas variedades de malvas.⁴

Outrossim, cabe elucidar ainda que ao descrever a conduta antijurídica no auto de infração, o i. representante da Polícia Militar deixou claro que se trata de desmate de floresta estacional decidual em estágio de regeneração, ou seja, em estágio que dispensa qualquer tipo de autorização ou licença ambiental, vez que seu desmate não tem o condão de causar impacto ambiental considerável.

Nesse viés, restando inequívoca a vegetação existente na Fazenda Eldorado e, conseqüentemente, identificado o procedimento viável aos fins buscados pelo Impugnante, o i. Engenheiro Agrônomo subsumiu o fato à norma, definindo a atividade de limpeza de área com respectiva gradagem como ideal para eliminar a citada vegetação, o que, nos termos legais, dispensou qualquer tipo de autorização ou licença ambiental, senão veja-se:

Observadas as características e tipologia da propriedade nas áreas subutilizadas, há o enquadramento no que se refere ao item VIII do

³ Importante frisar que o laudo técnico em comento foi devidamente registrado junto ao CREA sob a ART n°. 14201500000002708082.

⁴ Essas plantas possuem altura média de 1,30m (um metro e trinta) e aparecem em aproximadamente 65% da área, ou seja, elas se fazem presentes em maior quantidade, porém com uma volumetria que não ultrapassa 3 m³/ha. No restante da área as invasoras possuem uma altura média próxima a 1,50m (um metro e meio) e a volumetria um pouco maior, 7 m³/ha, porém com uma população inferior.



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Capítulo I da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, Limpeza de Área.

Dúvidas não restam, portanto, quanto à licitude da conduta do Impugnante que, amparado por laudo técnico confeccionado por profissional especializado, realizou intervenção ambiental sem autorização ambiental, haja vista que o material roçado não teria condições suficientes de causar impacto ambiental considerável já que estava em fase de regeneração e, por isso, enquadrou-se na exceção legal prevista no Capítulo VII, Art.19 e inciso III, da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013, qual seja, **LIMPEZA DE ÁREA**.

Por tudo isso, conclui-se que a realização do procedimento adotado pelo Impugnante é completamente autorizada por lei e prescinde de licença ou autorização ambiental, não existindo, assim, a prática de qualquer infração, razão pela qual requer o julgamento de improcedência da autuação em todos os termos e formas legais.

3.2. Da queimada do material lenhoso obtido através da limpeza de área

Ato contínuo à autuação do Impugnante pela prática de desmate de 203 hectares de floresta nativa, conquanto mencionado no A.I. o estágio inicial de regeneração da mata (o que sugere/autoriza limpeza de área), o Sr. Hugo Leonardo Martins ainda foi sancionado por efetuar a *“queimada, sem autorização ambiental, em uma área de 203 hectares considerada comum”*, amoldando-se, incorrendo na conduta descrita no Código de Infração nº. 322, alínea “a”, anexo III, do Decreto 44.844/2008, arbitrando-se como penalidade a multa simples de R\$ 134.909,74 (*cento e trinta e quatro mil novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos*).

Ocorre que tal infração também não merece amparo.

Como será devidamente comprovado através de perícia técnica (o que, aliás, está sendo providenciada pelo Impugnante, a qual será juntada aos autos no prazo legal), houve uma inexatidão na descrição da suposta conduta ilícita praticada pelo Autuado, pois, na área objeto da limpeza **quase a totalidade do material retirado foi**



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Incorporado ao solo através do procedimento de gradagem⁵

Conquanto indiscutível a realização de queimada, há de se ressaltar que antes de realizar a gradagem serviu de objeto para queima apenas uma pequena parte do material residual oriundo da limpeza, que foi amontoado em forma de "reboleiras" aleatoriamente em pequenas áreas e queimadas isoladamente cada uma delas.

Essas "reboleiras" eram compostas por parte do material que teriam uma maior dificuldade em ser incorporado ao solo na gradagem, pelo fato de serem mais tenros, como madeira seca proveniente de galhas e raízes de plantas mortas, bem como materiais com presença de espinhos.

Como noticiado, realizou-se o amontoamento do material a ser queimado de maneira que não há como utilizar uma mensuração de área para se estimar o quantitativo da queima.

Entretanto, a perícia técnica informará que um percentual de área muito pequeno serviu de objeto para queima, provavelmente não superior a 1% (um por cento) da área total que foi limpa, donde se retirou o material inservível à gradagem.

Desta feita, *data maxima venia*, pecou o i. representante da Polícia Militar ao confeccionar o A.I. nº. 008063 descrevendo a conduta ilícita como queimada de 203 hectares de área comum sem autorização ambiental.

Ora, como mencionado e devidamente comprovado, grande parte do material residual obtido da limpeza de área foi devidamente incorporado ao solo novamente através do procedimento de gradagem, restando menos de 1% (um por cento) para serem objetos de queima, revelando ser a multa aplicada completamente desarrazoada em relação à conduta do Autuado.

Tal afirmação pode ser comprovada mediante as fotografias anexas, donde se percebe a composição das *reboleiras* montadas pelo Impugnante para queima.

⁵ **Gradagem** é a etapa de preparação do solo para cultivo agrícola posterior à aração. Após a aração, o solo ainda poderá conter muitos torrões, o que dificultaria a emergência das sementes e o estabelecimento das culturas. Com a utilização do implemento grade, os torrões são desfeitos e a superfície do solo torna-se mais uniforme.



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Resta evidente, então, que o material lenhoso que serviu de objeto para queima não corresponde a 203 hectares, sendo desarrazoada e desproporcional a penalidade aplicada.

Gíze-se que a multa de R\$ 134.909,74 (cento e trinta e quatro mil novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos) é, por completo, desproporcional à queimada realizada pelo Impugnante.

Certamente a perícia técnica já confeccionada pelo Autuado, indicará que cerca de 1% (um por cento) da área que recebeu a limpeza de área serviu de objeto para queima, o que vincula, nos termos do Decreto 44.844/08, a aplicação da multa à mesma proporção.

É dizer: a penalidade deve ser reduzida para corresponder de fato à área onde foi realizada a queimada, sendo justa a sua redução para o valor de R\$ 1.349,09 (hum mil trezentos e quarenta e nove reais e nove centavos), o que corresponde a 1% (um por cento) do valor da sanção original.

Assim sendo, ante a flagrante insubsistência do A.I. nº. 008063 no que diz respeito às queimadas sem autorização realizadas pelo Sr. Hugo Leonardo Martins, requer seja declarada nula a r. autuação em virtude da ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que sempre devem nortear os atos administrativos em geral.

Na remota hipótese de não ser este o entendimento deste i. Órgão – o que, salvo melhor juízo, não se espera –, pelo princípio da eventualidade, pugna o Autuado pela revisão *quantum* arbitrado, vez que o valor atribuído à multa não se coaduna com a conduta praticada pelo Impugnante, devendo a penalidade ser reduzida para valor que corresponda de fato à área onde foi realizada a queimada, o que obriga a redução para o valor de R\$ 1.349,09 (hum mil trezentos e quarenta e nove reais e nove centavos), o que corresponde a 1% (um por cento) do valor da sanção original

3.3. Dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade são aplicáveis



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



a todos os ramos da ciência jurídica.

No âmbito do direito administrativo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade encontram aplicação especialmente no controle dos atos discricionários que impliquem restrição ou condicionamento a direitos dos administrados ou imposição de sanções administrativas.

Segundo o professor Marcelo Alexandrino⁶:

*Deve ser esclarecido desde logo que se trata de **controle de legalidade ou legitimidade**, e não controle de mérito, significa dizer, não se avaliam conveniência e oportunidade administrativas do ato – o que implicaria, se fosse o caso, a sua revogação -, **mas sim a sua validade. Sendo o ato ofensivo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, será declarada a sua nulidade; o ato será anulado**, e não revogado;*

Lado outro, o princípio da proporcionalidade representa, em verdade, uma das vertentes do princípio da razoabilidade. Isso porque a razoabilidade exige, entre outros aspectos, que haja proporcionalidade entre os meios utilizados pelo administrador público e os fins que ele pretende alcançar. Se o ato administrativo não guarda uma proporção adequada entre os meios empregados e o fim almejado, será um ato desproporcional, excessivo em relação à essa finalidade.

Impede o princípio da proporcionalidade que a administração restrinja os direitos do particular além do que caberia, do que seria necessário, pois impor medidas com intensidade ou extensão supérfluas, desnecessárias, induz à ilegalidade do ato, por abuso de poder.

O postulado da proporcionalidade é importante, sobretudo, no

^{6 6} ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2016.



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



controle dos **atos sancionatórios**, especialmente nos atos de polícia administrativa. Com efeito, a intensidade e a extensão do ato sancionatório deve corresponder, deve guardar relação de congruência com a lesividade e a gravidade da conduta que se tenciona reprimir ou prevenir. A noção é intuitiva: *uma infração leve deve receber uma sanção branda; a uma falta grave deve corresponder uma punição severa.*

Assim, realizando sobre os atos sancionatórios verdadeiro controle de legalidade, em constatada a desproporcionalidade da sanção aplicada em relação à infração praticada, o ato deve ser considerado nulo.

Nesse sentido:

*Nunca é demais ressaltar que, embora a razoabilidade e proporcionalidade sejam princípios utilizados para controlar a discricionariedade administrativa, não se trata de controle de mérito administrativo. Significa dizer, o ato que fira esses princípios é um ato ilegítimo (não meramente inconveniente ou inoportuno), e dever ser **anulado** (não é cabível cogitar a revogação de um ato administrativo sob a alegação de que ele é desarrazoado ou desproporcional).*

Assim, o controle da discricionariedade pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade deve ser entendido desta forma: quando a administração pratica um ato discricionário além dos limites legítimos de discricionariedade que a lei lhe conferiu, esse ato é ilegal, e um dos meios efetivos de verificar sua ilegalidade é a aferição de razoabilidade e proporcionalidade. Ainda que a administração alegue que agiu dentro do mérito administrativo, na verdade, a administração extrapolou os limites legais do mérito administrativo, praticando, por isso, um ato passível de anulação (controle de legalidade ou legitimidade), e não um ato passível de revogação (controle de mérito, de oportunidade e conveniência administrativas, que é sempre exclusivo da própria administração pública).⁷

In casu, o representante da Polícia Militar, ao lavrar o A.I. n°. 008063, assinalou que o Autuado praticou as infrações descritas nos Códigos de Infração 301, inciso II, alínea "a" e 322, alínea "a", ambos do Anexo III, do Decreto 44.844/2008 e, por isso, lhe

⁷ ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2016.



RACINE RIBEIRO

CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



seriam aplicadas multas nos valores respectivos de: R\$ 151.774,98 (cento e cinquenta e um mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos); e R\$ 134.909,74 (cento e trinta e quatro mil novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos).

Entretantes, data máxima vênia, a penalidade aplicada pela autoridade é completamente desproporcional e desarrazoado face à suposta infração cometida pelo Impugnante.

Veja bem:

Como já ponderado, no que tange ao desmate realizado na Fazenda Eldorado sem autorização ou licença ambiental, esta se deu sob a forma de limpeza de área, procedimento autorizado pela Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 12 de agosto de 2013.

Contudo, mesmo que o procedimento realizado não fosse o autorizado por lei (fato já argumentado), dúvidas não restam de que a penalidade aplicada se encontra demasiadamente excessiva em relação ao desmate.

Repise-se, às fotos constantes do laudo técnico registrado junto ao CREA sob o nº. 14201500000002708082 demonstram que a vegetação que se encontrava na fazenda estava em fase de regeneração (o que foi atestado pelo i. Oficial da Polícia Militar), fruto de um desmatamento que ocorreu a muitos anos atrás e que não foi realizado pelo Autuado.

Desta feita, é completamente fora de lógica que a autoridade ambiental arbitre multa sobre 203 hectares como se fosse verdadeira mata densa, coberta por árvores de todas as espécies, eivada de frutos regionais e que nunca tivesse sido desmatada.

Não guarda relação de congruência a limpeza de área realizada na Fazenda Eldorado com a excessiva penalidade aplicada, o que fere de morte os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, o que torna o ato nulo de pleno direito.



RACINE RIBEIRO
CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Noutro norte, no que diz respeito às queimadas, a desproporção da penalidade aplicada é ainda mais evidente.

Isto porque, como será facilmente comprovado pela perícia técnica que já foi solicitada, o material lenhoso objeto da queima não corresponde a 1% (um por cento) da limpeza de área realizada, quiçá da área dos 200 hectares que compreende a fazenda.

Reitera-se o que já foi argumentado acima, grande parte do material obtido através da limpeza de área foi reincorporado ao solo mediante o procedimento de gradagem, sendo queimados apenas o que não servia a tal mister.

Portanto, desarrazoada também a penalidade aplicada à queimada sem autorização, o que torna imperiosa a nulidade do auto de infração.

Nesta toada, sendo inconteste a licitude das atividades realizadas pelo Impugnante, tanto a limpeza de área sem autorização legal, balizada na Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, bem como da queimada de menos de 1% (um por cento) do material lenhoso que não serviu à realização da gradagem e por isso foi queimado em forma de reboleiras, não se pode afirmar que se descurou o Impugnante em adotar a postura sustentável de exploração, sendo, pois, insubsistente a classificação de desmate e queimada.

4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer o acolhimento da preliminar suscitada para declarar nulo o Auto de Infração de n.º 008063/2016 lavrado contra o Autuado, em razão do vício no motivo, vez que inadequada a subsunção do fato à lei, já que a limpeza de área é permitida pela legislação ambiental sem autorização ou licença e, sobretudo, pela falta de proporcionalidade e razoabilidade na penalidade aplicada em relação à infração supostamente cometida.

Pelo *princípio da eventualidade*, caso seja ultrapassada a preliminar alegada, espera a improcedência da infração, julgando este recurso procedente com



RACINE RIBEIRO
CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS



conhecimento de mérito, afastando do Autuado qualquer violação às regras ambientais.

Ainda pelo *princípio da eventualidade*, caso seja o Autuado mantido como infrator das normas ambientais, requer que seja reexaminado o *quantum* da multa imposta, tudo em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Ficam contestados os fatos por si articulados que se encontram em contradição com a presente defesa, considerada em seu conjunto.

Ficam impugnados todos os documentos adjungidos ao Auto de Infração que se encontrem confrontantes com esta defesa, por não refletirem a verdade.

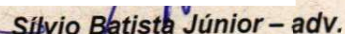
Protesta e requer desde já a produção de provas em todos os meios de direito admitidas, especialmente pela juntada de outros documentos até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora, sobretudo prova pericial que já está sendo confeccionada pelo Autuado.

Por fim, requer prazo para a juntada do instrumento de mandato, nos termos da lei.

Termos em que pede deferimento.

Montes Claros, 13 de outubro de 2016.


Jean Racine Esteves – adv.
OAB/MG 83.402


Sílvio Batista Júnior – adv.
OAB/MG 140.455



RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



Lavrado em Substituição ao AI nº: 8063 / 2016

Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização nº de 01/08/2016
☒ Boletim de Ocorrência nº 622059 de 01/08/2016

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☒ SIM ☐ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☒ PMMG

Local: ESPINOSA
Dia: 04 / AGOSTO / 2016 Hora: 17:00

4. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: HUGO KONAND MARTINS
Data Nascimento: 06/03/1974 Nome da Mãe: DIVANI MARTINS CAGLIO
☒ CPF: ☐ Outros:
Endereço do Autuado/ Empreendimento: (Correspondência) RUA AITOMOSA, 90 Nº. / km: Complemento:
Bairro/Logradouro: IBITUUNA Município: MONTES CLAROS
CEP: 394082-05 Cx Postal: Fone: E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:
Nome do 2º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

DESMATA 203 HECTARES DE TIPOLOGIA FLORESTA NATIVA CARACTERIZADA COMO FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO EM ÁREAS COMUNS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 DATUM:
Planas: UTM FUSO 22 23 24 Latitude: Grau 24 Min 58 Seg 553 Longitude: Grau 43 Min 26 Seg 342
X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
86	111	303	11	A	44842/08	-	-	-	-	-

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
3	-	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	551.774,98		551.774,98
ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$	
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas:					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$					

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações

- FICAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES FLORESTAIS NO LOCAL ATÉ REGULARIZACÃO DA VAM DO INFRAÇÃO I FOI CONSIDERADO CONSIDERANDO A TABELA BASE DO DECRETO 44842/08.

13. Depositário

Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:
Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município:
UF: CEP: Fone: Assinatura:

14. Assinaturas

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NÚCLEO, NO SEGUINTE ENDEREÇO: A: AGUAS DAS ANSAS, 155, B: CAMINO CAMO MONTES CLAROS, CEP: 39401-040 TEL: 38.3224 9504
01. Servidor: (Nome Legível) MASP: Assinatura do servidor:
SOMOS - Carlos Henrique Guedes 3171259
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Função/Vínculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Legal
HUGO KONAND MARTINS Proprietário

ORIENTAÇÕES PARA A DEFESA

O autuado poderá apresentar defesa dirigida ao órgão ou entidade responsável pela autuação, no prazo de vinte dias contados da notificação do auto de infração, sendo-lhe facultada a juntada de todos os documentos que julgar convenientes à defesa, independentemente de ter havido depósito prévio ou caução.

A peça de defesa deverá conter os seguintes dados:

- I - autoridade administrativa ou órgão a que se dirige;
- II - identificação completa do autuado, com a apresentação de cópia do documento de inscrição no Ministério da Fazenda - CPF ou CNPJ e, quando for o caso, contrato social e última alteração;
- III - número do auto de infração correspondente;
- IV - o endereço do autuado ou indicação do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações;
- V - formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos; e
- VI - a data e assinatura do requerente ou de seu procurador.

O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar ao requerimento o respectivo instrumento de procuração.

Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído a autoridade julgadora para instrução do processo.

As provas propostas pelo autuado poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

* O autuado poderá protestar, no ato da apresentação da defesa, pela juntada de outros documentos até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora.

A defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade.

* Os requisitos formais indicados acima, quando ausentes da peça de defesa apresentada, no prazo de vinte dias contados da notificação do auto de infração, deverão ser emendados dez dias, após sua notificação, sob pena de aplicação da penalidade.

Na hipótese de não apresentação da defesa se aplicará definitivamente a penalidade.

**A DEFESA DEVERÁ SER PROTOCOLADA NO ÓRGÃO AMBIENTAL
(SUCFIS, SUPRAM, FEAM, IGAM OU IEF),
OU PODERÁ SER REMETIDA VIA AR, VALENDO-SE A DATA DA POSTAGEM.**

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
www.feam.br


IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
www.igam.mg.gov.br

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
www.ief.mg.gov.br

SUPRAM - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais

SUCFIS - SUBSECRETARIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA
www.meioambiente.mg.gov.br/fiscalizacao

1ª Via Branca Autuado - 2ª Via Verde Processo Administrativo - 3ª Via Azul Ministério Público - 4ª Via Amarela Bloco

		Notificação Nº 018805 126	
Órgão Notificante: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> SUCFIS <input type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> PMMG		Local: PAR	
<input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº <input type="checkbox"/> Auto de Infração nº <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº		Data: 21.05.26	
Hipóteses passíveis de notificação: <input type="checkbox"/> Entidade sem fins lucrativos; <input type="checkbox"/> Microempresa ou empresa de pequeno porte; <input type="checkbox"/> Microempreendedor individual; <input type="checkbox"/> Agricultor familiar; <input type="checkbox"/> Proprietário ou possuidor de imóvel rural de até quatro módulos fiscais; <input type="checkbox"/> Praticante de pesca amadora; <input type="checkbox"/> Pessoa física de baixo poder aquisitivo e baixo grau de instrução.			
Nome do Notificado/Empreendimento: Sr. HUGO			
<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ:		Outros dados: <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> Nome da Mãe <input type="checkbox"/> Data de nascimento <input type="checkbox"/> Outros	
Endereço do Notificado/Empreendimento (correspondência):			
Complemento:		Bairro:	Cidade/UF:
Cep.:	Cx. Postal:	Fone:	E-mail:
Local da Infração - Endereço: FAZENDA NA SENNA DAS ROUV.			
Nº/Km/Complemento:		Bairro:	Cidade/UF: CAMPINAS/SP
Coordenadas da Infração:	Geográficas:	DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	
	Planas: UTM	FUSO: 22..... 23..... 24.....	
	Latitude: Grau..... Min..... Seg..... Longitude: Grau..... Min..... Seg.....	X:..... (6 dígitos) Y:..... (7 dígitos)	
Descrição/Determinações: AGRUPAMENTO DE ÁREAS AMBIENTAIS, NOTIFICADO AO DESMATE PARA O PLANTIO DE CACAU, EM UM ÁREA DE 200 HECTARES EM SUA PROPRIEDADE			
Fica V.Sa. (acima identificada) notificada, nos termos do Decreto nº 44.844 de 25 de junho de 2008, a () regularizar-se, () dar início ao processo de regularização ambiental de sua atividade, () prestar informações solicitadas ou () cumprir as determinações impostas no prazo de () dias, contados desta notificação.			
V.Sa. deverá comprovar o cumprimento do estabelecido nesta notificação, junto à Polícia Ambiental			
NA DATA DE 26/05/16 - ESP. N.º 52 (unid. administrativa e respectivo endereço), no prazo de () dias, contados a partir do fim do prazo estabelecido para cumprir as determinações impostas;			
O não atendimento ao disposto acima, no prazo estabelecido, importará na lavratura do respectivo auto de infração com aplicação das sanções administrativas cabíveis.			
Local: SENNA DAS ROUV.		Data: 21-05-26	
Servidor (nome legível): SÔNIA C. M. GOMES		Masp: 10702891	Assinatura do Servidor:
Notificado/Empreendimento (nome legível): SRA. DE FUMINO		Função/Vínculo com o Notificado: GERENTE	Assinatura do Notificado/Representante Legal: Neuza Ferreira

ORIENTAÇÕES

TEL: 38. 3852. 1161
3852-1190

A comprovação do cumprimento das recomendações deverá ser entregue no endereço constante no documento. Caso seja encaminhada pelos Correios, será considerada a data da postagem como a data de entrega.

O não atendimento ao determinado pelo agente notificante, no prazo estabelecido, importará na lavratura do respectivo auto de infração com aplicação das sanções administrativas cabíveis. Assim como, se, após iniciado o processo de regularização ambiental, o mesmo for indeferido ou não for finalizado dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

A notificação para regularização de situação de infração às normas de proteção ao meio ambiente e recursos hídricos tem natureza orientadora, aplicável segundo critérios previstos no Decreto nº 44.844/2008, e desde que não seja constatado dano ambiental.

A notificação para regularização de situação, será oportunizada uma única vez ao infrator.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
www.feam.br

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
www.ief.mg.gov.br

IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
www.igam.mg.gov.br

SEMAD - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
www.meioambiente.mg.gov.br

PMMG - POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
www.policiamilitar.mg.gov.br



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR

REDS-2016-017054886-001

BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M2795-2016-6222059

Fl. 2/6

ENVOLVIDO 1

PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/CELULAR (38) 998-910-022
PRISÃO / APREENSÃO XXXX		HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? XXXX	

ENVOLVIDO 2

TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD NATUREZA N32301	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORA FLORESTA VEG ESPECIES AREA COMUNS S/AUT				
NOME COMPLETO HUGO LEONARDO MARTINS				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO 06/03/1974		NATURALIDADE / UF PORTEIRINHA / MG
GRUPO APARENTE 2	GRAU DA LESÃO SEM LESOES APARENTES			ESTADO CIVIL CASADO
IDENTIDADE SEXUAL IGNORADO		IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA		
CUNIS BRANCA		OCUPAÇÃO ATUAL EMPRESÁRIO		
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR XXXX				
MÃE DIVANI MARTINS COELHO				
PAI JOSE ELI MARTINS				

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG	CPF / CNPJ
ESCOLARIDADE SUPERIOR COMPLETO				
ENDEREÇO (AV. RUA ETC) AVENIDA ALTEROSA		NÚMERO 84	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX
BARRIO SANTURUNA		MUNICÍPIO MONTES CLAROS		
PAÍS BRASIL		CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/CELULAR
PESO ESTIMADO XXXX	ALTURA ESTIMADA XXXX	CALVÍCIO ? XXXX	CABELO XXXX	COR CABELO XXXX
COR OLHOS XXXX	ESTRABISMO ? XXXX		DEFICIÊNCIA FÍSICA XXXX	
AMPUTAÇÃO XXXXX				
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ XXXX				
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ? XXXX		SOFRIMENTO MENTAL XXXX		
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL XXXXX				
DEFORMIDADE XXXX				
LOCAL TIPO TATUAGEM XXXX				
LOCAL TIPO ACESSÓRIO XXXX				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES XXXX				
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISAO			HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? NAO	

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

PM ATENDIMENTO DE DENÚNCIA REPASSADA PELO COMANDO DO 1º GP/5º PEL DE MEIO AMBIENTE, A GUARNIÇÃO COMPOSTA PELO SGT FARLEY E CB JANDERSON COMPARECERAM EM DATA DE 21/05/2016 AO LOCAL CITADO, ONDE FOI CONSTATADO O PLANTIO DE EUCALIPTOS EM UMA ÁREA DE 203 HECTARES, ONDE A MESMA TINHA VESTÍGIOS DE DESMATE E QUEIMADA RECENTES, SENDO ENTÃO LAVRADO O TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE Nº 018805/2016 PARA O PROPRIETÁRIO APRESENTAR A LICENÇA AMBIENTAL DE TÁIS PRÁTICAS. COMPARECEU NO GP DE ESPINOSA O SR HUGO COM A ART 14201500000002712687 SUBSTITUTA A ART 14201500000002708082 DE CARACTERIZAÇÃO DE ÁREA PARA IDENTIFICAÇÃO DE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO PARA LIMPEZA DE ÁREA, ONDE DE ACORDO O PROPRIETÁRIO, A ÁREA É DISPENSADA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA DESMATE POR

REGISTADOR: PM1471259

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1471259

08/08/2016 10:55

Autenticidade sujeita a alterações até o dia 19/08/2016